

Acordo da dívida tem novo prazo

Agora a negociação pode ir até o dia 2. Mas o impasse continua e o Brasil tenta fazer uma caução no BIS, que bancos só poderiam sacar após o acordo

MOISÉS RABINOVICI
Nosso correspondente

WASHINGTON — A segunda-feira, dia 26 de outubro, já não é mais a data final para o Brasil alcançar um acordo com os bancos credores, mas apenas quando começa a reunião da Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc), que até a quinta-feira, dia 29, deverá analisar a dívida problemática de 15 países, deixando a brasileira para o fim.

O prazo maior, que ainda poderia ser esticado até a segunda-feira, 2 de novembro, segundo algumas fontes, não elimina o impasse. As autoridades brasileiras tentavam, ontem, buscar uma solução legal para depositar um pagamento simbólico, como se fosse uma caução, numa entidade neutra, o Banco de Compensação Internacional (BIS), em Berna, na Suíça, que só o liberaria aos bancos na conclusão de um acordo final.

Foi uma fonte do governo norte-americano quem anunciou a dilatação do prazo das negociações até o dia 29, quinta-feira. Mostrava-se preocupada, embora ainda esperançosa: "A impressão que dá a equipe brasileira é a de que só se vai alcançar um acordo em novembro. Isto nos preocupa. Será que o governo brasileiro está achando que a decisão afeta mais aos bancos do que ao Brasil?"

As informações de que o prazo do famoso "Dia 26" pode ser estendido até o 2 de novembro, e de que as negociações estão num delicado impasse, foram fornecidas por fontes diretamente envolvidas nas negociações.

A origem do impasse é o desejo brasileiro de obter um acordo de longo prazo, enquanto o comitê de bancos credores, dividido, quer reescalonar o máximo de dois anos, com alguns banqueiros não concordando em ir além de apenas um ano. "O Brasil precisa de tempo para tomar

fôlego", observou uma fonte, acrescentando: "A opção para que não faça a caução, como um depósito em juízo, seria a de subdividir o pagamento simbólico em prestações, pagas à medida que avancem as negociações".

Para esta mesma fonte, "estamos falando de um pagamento simbólico mesmo, e nada além disso", mas recusou-se a especular sobre prováveis quantias, que variam de US\$ 400 milhões a US\$ 940 milhões, desde que o ministro Bresser Pereira, em sua última visita a Washington, admitiu o princípio de concedê-lo, dentro de determinadas circunstâncias, e sem que com ele rompesse a moratória.

"O Brasil e os bancos não parecem dispostos a fazer concessões", admitem fontes de ambos os lados, temendo que o impasse perdure além da dilatação do prazo do Icerc, que deve decidir, em sua reunião, a partir do dia 26, se a dívida brasileira deve ser reclassificada como de "valor depreciado", obrigando seus credores a colocar 10% de seus empréstimos como créditos em liquidação, e a aumentar ainda mais suas reservas, o que lhes dará um péssimo resultado no balanço de 87.

FIM DA MORATÓRIA

"O processo será longo", prevê uma fonte brasileira. "Os bancos querem resolver este ano, 1987, deixando o ano que vem, 1988, no escuro. Ora, isso não pode ser aceito. Queremos fôlego. Queremos um acordo que nos dê tempo e espaço. A discussão atual tem sido mais formal e jurídica, procurando viabilizar o pagamento não direto aos bancos. As autoridades americanas entendem, e estão aceitando esse plano. O dinheiro só seria liberado com a conclusão das negociações", ela ainda confirmou.

O negociador brasileiro, Fernão Bracher, com dias inteiros passados no Federal Reserve, o Banco Central



Greenspan: deixando Wall Street para ouvir o Brasil

norte-americano, que o atende mesmo totalmente envolvido com a operação resgate à bolsa de Valores de Nova York, é uma prova de que as negociações atingiram um estágio de definição e socorro do governo norte-americano. Ele esteve anteontem na sucursal nova-iorquina do FED, e veio à matriz, em Washington, ontem. Ia ser um encontro só com seu presidente, Alan Greenspan, mas ele evoluiu para dois, com o segundo cancelando compromissos previstos em Nova York.

Quando saiu do seu primeiro encontro, às 13h20, Fernão Bracher mandou seu motorista parar, encontrando-se com alguns repórteres que se dividiram em dois grupos para cercá-lo, pois, ao chegar, ele os evitou, entrando pela garagem. O próprio FED impediu que a imprensa esperasse, dentro do prédio, o fim da reunião. O embaixador Marcílio Marques Moreira e o advogado William Rogers, ex-vice-secretário de Estado do governo Ford, o acompanhavam,

mas foram à frente para um restaurante, onde todos depois se reuniram.

Bracher revelou que tinha visitado o Departamento do Tesouro, antes, onde se encontrou com o David Mulford, assistente do secretário James Baker, "e agora estamos aqui, tentando montar e estudar as possíveis estratégias para encaminhar mais rapidamente as negociações. Ao mesmo tempo, enquanto isso, nosso pessoal (referia-se ao diretor da área externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas) continua trabalhando em Nova York".

Um repórter perguntou-lhe se nessas reuniões no Federal Reserve e no Departamento do Tesouro o objetivo era encontrar uma fórmula que viabilizasse o fim da moratória. E Bracher começou dizendo "exatamente", mas o cortou, corrigindo: "Não. Isto aí é o conjunto das negociações, exatamente". Depois, falando sobre os temas em discussão, re-

sumiu: "Os principais (temas) são como tornar mais expeditas as próprias negociações. Como é que vamos fazer para caminharmos mais rapidamente. Como é que a gente vai fazer para melhor contornarmos as arestas".

"MAL INFORMADO"

O governo norte-americano teria algumas limitações em participar das negociações porque, segundo Bracher, "os problemas dos bancos são problemas dos bancos. Agora, por outro lado, eles, como órgãos reguladores, e como autoridades dentro do país, têm um poder de contribuição muito grande. Entretanto, eles têm que cuidar também para que haja um balanceamento dentro das atitudes que tomam, de tal maneira que haja uma motivação e um incentivo iguais para as duas partes chegarem a um acordo".

O processo de negociações não estaria paralisado, segundo Fernão Bracher, mas "complicado" porque são muitos os credores — cerca de 700 representados por 14 bancos, cada qual com três a quatro membros no comitê.

"O que você veio fazer em Washington que não conseguiria em Nova York?", perguntou-lhe um repórter.

"Os bancos vivem dentro de um contexto regulatório, dentro de um contexto governamental, para o qual é muito importante que se tenha cooperação e entendimento. E é importante também que o Brasil tenha o seu contato direto. Quer dizer: estamos aqui, eu e o embaixador Marcílio (Marques Moreira) conversando com as autoridades, de tal maneira que não seja apenas os bancos que conversem com suas autoridades."

Bracher ainda excluiu a insinuação de que estivesse procurando algo que fuja aos regulamentos, nas suas visitas ao Departamento do Tesouro e ao Federal Reserve, e manteve a data-limite do dia 26 com o final de prazo, sem dissimular um sorriso. Ao entrar no carro, desmentiu que as linhas de curto prazo, comerciais e interbancárias, tenham sofrido uma erosão de US\$ 900 milhões, dizendo: "Quem está falando isso está mal informado, querendo criar uma situação pouco agradável".